

O DÉFICIT PÚBLICO E SUAS RELAÇÕES COM A DISSOLUÇÃO DA UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

Felipe Miguel Savegnago Martins¹

Resumo: Apesar das intenções iniciais do ex-secretário-geral Mikhail Gorbachev em “aperfeiçoar o socialismo soviético”, as medidas político-econômicas de seu período – *perestroika* e *glasnost* – engendraram um complexo de contradições que, ao invés de potencializar os processos de socialização da riqueza e da política, levaram à desintegração da URSS. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa se refere à análise político-econômica do déficit público soviético dentro deste contexto. As medidas econômicas desconexas, sobretudo da segunda fase da *perestroika* (iniciada em 1988) – cuja tentativa era promover a autonomia das fábricas –, diminuíram a arrecadação da União e elevaram fortemente a liquidez da economia soviética sem um correspondente aumento na oferta de bens e serviços; ademais, o definhamento da planificação econômica, a destruição da estrutura de comando baseada no Estado-partido e os conflitos políticos envolvendo as repúblicas também foram fundamentais à liquidação do patrimônio da União Soviética. Dessa forma, tais erros de condução liderados por Gorbachev enfraqueceram o controle do governo central sobre as políticas macroeconômicas da União, cimentando espaços para a dissolução do bloco soviético.

Palavras-chave: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); socialismo; déficit público; *perestroika*; *glasnost*; Mikhail Gorbachev.

Abstract: Despite the initial intentions of former General Secretary Mikhail Gorbachev to “improve Soviet socialism”, the political-economic measures of his period – *perestroika* and *glasnost* – engendered a complex of contradictions that, instead of enhancing the processes of socialization of wealth and politics, led to the disintegration of the USSR. In this sense, the objective of this research refers to the political-economic analysis of the Soviet government deficit within this context. The disconnected economic measures, especially in the second phase of *perestroika* (started in 1988) – whose attempt was to promote the autonomy of factories – reduced the Union’s revenue and greatly increased the liquidity of the Soviet economy without a corresponding increase in the supply of goods and services; moreover, the withering of economic planning, the destruction of the party-state-based command structure and the political conflicts involving the republics were also fundamental to the liquidation of the Soviet Union's patrimony. Thus, such misconduct led by Gorbachev weakened the central government's control over the Union's macroeconomic policies, paving the way for the dissolution of the USSR.

Keywords: Union of Soviet Socialist Republics (USSR); socialism; government deficit; *perestroika*; *glasnost*; Mikhail Gorbachev.

Submissão às sessões ordinárias.

Área temática 2: História econômica

Classificação JEL: N14, N64, O23, P20, P30.

1. Introdução

O objetivo fundamental desta pesquisa é analisar as relações político-econômicas do déficit público soviético com a dissolução do bloco em 1991. Não se pretende, neste caso, discorrer acerca das intenções de Mikhail Gorbachev em “aperfeiçoar o socialismo soviético” e a consequente análise de “sucesso” ou “fracasso” do ex-secretário-geral, mas tão somente os desdobramentos

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP). Contato: felipe.martins.unicamp@gmail.com

sobre as contas públicas das políticas engendradas durante o período e de que forma isso levou ao fim da URSS.

Evidentemente, seria um erro estudar somente as medidas estritamente econômicas – ainda que essa qualificação seja extremamente problemática do ponto de vista prático – porque, como se tratava de uma economia de comando, liderada pela estrutura Estado-partido, as transformações político-institucionais levadas adiante durante a transição das décadas de 1980 e 1990 são fundamentais para compreender a perda do controle das políticas macroeconômicas no âmbito da União. Ademais, não menos relevante, qualquer tipo de gasto governamental envolve disputas políticas dentro do seio do Estado e, no caso soviético, não foi diferente, porque Gorbachev representava de uma forma ou outra uma espécie de ameaça para a burocracia consolidada ao longo dos tempos – *nomenklatura*.

Para o cumprimento das tarefas da pesquisa, o artigo será dividido em quatro partes, além desta breve introdução e das considerações finais: 1) primeira fase da *perestroika* (1985-1987), onde as medidas adotadas pouco se diferenciavam das implementadas de tempos anteriores, mas que já impactaram as contas públicas soviéticas; 2) segunda fase da *perestroika* (1988-1989), sendo caracterizada por medidas econômicas mais ousadas, pautadas na elevação da liquidez sem um correspondente acréscimo na oferta de bens e serviços – potencialização ainda maior do déficit público soviético e da alocação de recursos –, além das pré-condições para a reintrodução generalizada da propriedade privada; 3) *glasnost*, de maneira a salientar de que forma as transformações político-institucionais levadas à cabo – fim da estrutura Estado-partido –, sobretudo na transição das décadas, resultaram na perda do controle das políticas macroeconômicas; 4) por fim, discorrer-se-á acerca da Reforma Pavlov – política econômica baseada no confisco e na liberalização de preços –, do Tratado da União – nova forma proposta de federação, levada para plebiscito e que concederia maiores margens de autonomia às repúblicas – e do golpe de 1991 liderado por Bóris Yéltsin, concretizando assim o fim da URSS meses depois.

2. Os primeiros momentos da *perestroika* (1985-1987)

Ao assumir o comando da União Soviética, Mikhail Gorbachev realizou uma série de críticas acerca da situação socioeconômica soviética, alertando para uma necessidade de profundas reformas de maneira a aperfeiçoar o socialismo soviético e engendrar um novo surto de crescimento econômico, haja vista que essas taxas estavam gradualmente decrescendo – culminando em uma situação de estagnação econômica. As primeiras medidas econômicas colocadas em prática formavam um compilado de cinco campanhas (IMF, 1991), a saber:

1. Reequipamento da indústria soviética: elevar a reciclagem do maquinário soviético, cujas deficiências eram pautadas pela alta obsolescência e pelos grandes números referentes à depreciação;
2. Reforço do controle de qualidade de bens e serviços: além das óbvias relações com o primeiro item, também se referia à própria institucionalidade da planificação soviética, cuja característica desincentivava a realização de inovações de produto e processo² ;
3. Estímulo do fator humano: relacionado com a elevação da proatividade dos cidadãos, tanto no âmbito político quanto no econômico (autogestão das fábricas);
4. Campanha anti-álcool: a fim de elevar a disciplina no trabalho – algo já explorado pelo antigo líder Iuri Andropov (1982-1984) –, além da preocupação em decorrência das mortes relacionadas ao consumo de álcool;
5. Clarificação do papel do setor privado na economia soviética: atuação conjunta com a planificação, cujos objetivos principais centravam-se nas elevações da eficiência econômica e da alocação de recursos.

Devido à especificidade desta pesquisa, argumentar-se-á somente acerca dos primeiro e quarto pontos, porque se tratam de itens relevantes à compreensão das contas públicas soviéticas.

2.1. Reequipamento da indústria soviética e outros gastos “excepcionais”

Para superar os obstáculos referentes à baixa produtividade do trabalho, um dos grandes objetivos nos primórdios da *perestroika* era a realização de uma Revolução Científico-Tecnológica – contexto histórico da Terceira Revolução Industrial –, de modo a modernizar a economia soviética e abrir espaços para uma aceleração econômica (*uskorenie*).

Para isso, Gorbachev propôs a duplicação na taxa de aposentadoria do capital fixo soviético e novos investimentos; o objetivo era de que, ao final da década de 1990, a composição do estoque de capital, formada por novas máquinas, estivesse entre 33% e 50% do total (CIA, 1985, p. 10).

² Sucintamente, trata-se do alto grau de concentração de decisões, diminuindo a autonomia das empresas. Não menos relevante, o modelo *soft budget constraint* gerava desperdícios de recursos e “equilibrava” empresas eficientes e ineficientes (KORNAI, 1979).

Tabela 1 – Taxa de crescimento do investimento bruto soviético

1976-1980	1981-1985	1986	1987
3,3	3,5	8,4	5,6

Fonte: IMF (1991, p. 90).

Esse movimento pode ser visto na evolução do indicador referente ao investimento bruto na economia como um todo. Mesmo que o setor de maquinários não conseguiu atender satisfatoriamente toda “fome por investimentos” – levando à queda tanto da taxa de crescimento de investimento bruto quanto dos estoques em 1987 (IMF, 1991, p. 94) –, percebe-se a nítida diferença entre os primeiros anos da *perestroika* com as médias referentes aos dois quinquênios anteriores a ela.

Acontecimentos excepcionais, como o acidente nuclear de Chernobyl (1986) e o terremoto na Armênia (1988), contribuíram para a elevação de gastos entre 1985 e 1988 – as despesas totais do governo saltaram de 49,7% do PIB para 52,5% (SINELNIKOV, 1995, p. 19).

Para compreender a evolução do orçamento da União, não basta somente focar a análise na magnitude dos investimentos, pois a sua composição é fundamental para compreender a estrutura de oferta pretendida pelas lideranças políticas. A institucionalidade específica da planificação soviética, por concentrar a elaboração das metas nos órgãos hierarquicamente acima situados, incentivava as unidades produtivas a construir novas capacidades produtivas ao invés de modernizarem as existentes. Gorbachev queria inverter essa lógica estruturalmente enraizada na planificação soviética, de maneira a produzir um novo modelo de crescimento econômico – intensivo³.

Tabela 2 – Composição dos investimentos estatais em capital na produção, por tipo de projeto (em % do total)

	1980	1985	1986	1987	1988	1989
Reconstrução e reequipamento técnico de empreendimentos ativos	33	38,7	43	43,7	45,7	49,6
Expansão de empreendimentos ativos	29	23,6	20,3	19,2	17,9	16,7

³ O modelo de crescimento soviético edificado durante os tempos stalinistas – extensivo – era baseado em acréscimos de recursos naturais e de mobilização de trabalhadores. Enquanto estes eram abundantes, as taxas de crescimento eram elevadas. O modelo intensivo pressupõe a utilização mais sistemática de capital, devido à escassez relativa de recursos naturais e trabalhadores, a fim de elevar a produtividade do trabalho e o conteúdo tecnológico da economia como um todo.

Novas construções	38	36,5	35,1	35,3	34,1	30,6
Projetos individuais de empreendimentos ativos	-	1,2	1,6	1,8	2,3	3,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IMF (1991, p. 92)

Durante a *perestroika*, houve um notável esforço para modernizar os equipamentos, priorizando esta estratégia em substituição à construção de novas capacidades ou à expansão das existentes. Ainda que a internalização das inovações provenientes da Terceira Revolução Industrial fosse fundamental para elevar a produtividade da economia soviética, os planejadores se depararam com alguns percalços:

- No início da década de 1980, antes da *perestroika*, o índice de desemprego friccional situava-se entre 1,3% e 1,5% (LANE, 2002, p. 32). Em outras palavras, a União Soviética vivia uma situação de pleno emprego (ou de escassez relativa de trabalhadores);
- Todavia, essa escassez era artificial, na medida em que, em termos comparativos, utilizava mais trabalhadores por unidades produtivas em relação às economias estrangeiras⁴;

Como se verá adiante, essa estratégia se mostrou, pelo menos naquele momento histórico específico e em decorrência das medidas adotadas na segunda fase da *perestroika*, problemática no tocante às relações entre oferta e demanda.

2.2. Campanha antiálcool

As medidas concernentes a esta campanha foram tomadas logo após Gorbachev estar um mês à frente da liderança soviética: “[...] a cut in alcohol production and an increase in prices [...]”⁵; a reduction in the number of shops, cafes and restaurants allowed to sell alcohol and a time restriction on their sales; an increase in the minimum drinking age; and fines for drunkenness.” (IMF, 1991, p. 21).

⁴ “Soviet plants use from 30 percent to 50 percent more workers than comparable plants abroad and that in imported manufacturing units as many as 1.5 times more operatives are employed, 3.5 times as many engineering, technical, and administrative staff, and 8 times as many auxiliary workers. Surveys have indicated that from 15 percent to 20 percent of the work force is often underutilized because of poor organization.” (LANE, 2002, p. 33).

⁵ Os preços aumentaram em 50% entre 1984 e 1987 (*ibidem*, p. 21)

O pretexto para adotá-la seria elevar a disciplina dos trabalhadores e melhorar alguns indicadores sociais (como a mortalidade de homens adultos) relacionados ao consumo de álcool⁶. Tal esforço foi esboçado durante o curto período de Yuri Andropov (1982-1984) à frente da União Soviética.

Inicialmente, houve uma queda dupla, isto é, do consumo e da venda de bebidas alcólicas. *A posteriori*, o consumo voltou a crescer ainda que as vendas legais permanecessem em trajetória declinante. De qualquer forma, a grande consequência foi, evidentemente, a queda das receitas referentes às bebidas alcólicas: o imposto sobre o volume dos negócios – *turnover tax* – caiu de 97,7 bilhões de rublos para 91,5 bilhões entre 1985 e 1986; o imposto referente ao álcool, na mesma direção, decresceu de 30,1 bilhões de rublos para 27,2 bilhões (*ibidem*, p. 282).

2.3. Queda das receitas provenientes do petróleo

A União Soviética, durante o período Brejnev (1964-1982), passou por um processo de reprimarização da pauta exportadora⁷ – contexto dos choques do petróleo nos anos de 1973 e 1979 –, tornando-se fortemente dependente das divisas provenientes da venda petrolífera.

Não obstante, a URSS durante a década de 1980 enfrentou um limite físico. As jazidas superficiais estavam se esgotando, o que exigiria das autoridades soviéticas uma migração à exploração das profundas. Todavia, enquanto 80% das reservas petrolíferas situavam-se na Sibéria e no Extremo Oriente, 70% dos soviéticos moravam na parte europeia e nos Urais (RODRIGUES, 2006, p. 169). O deslocamento de trabalhadores e maquinários aumentaria os custos de produção, pressionando ainda mais a já estagnada economia soviética, seja via balanço de pagamentos – para ter acesso a máquinas importadas mais modernas⁸ –, seja pelos gastos públicos – para promover este deslocamento e subsidiar os preços.

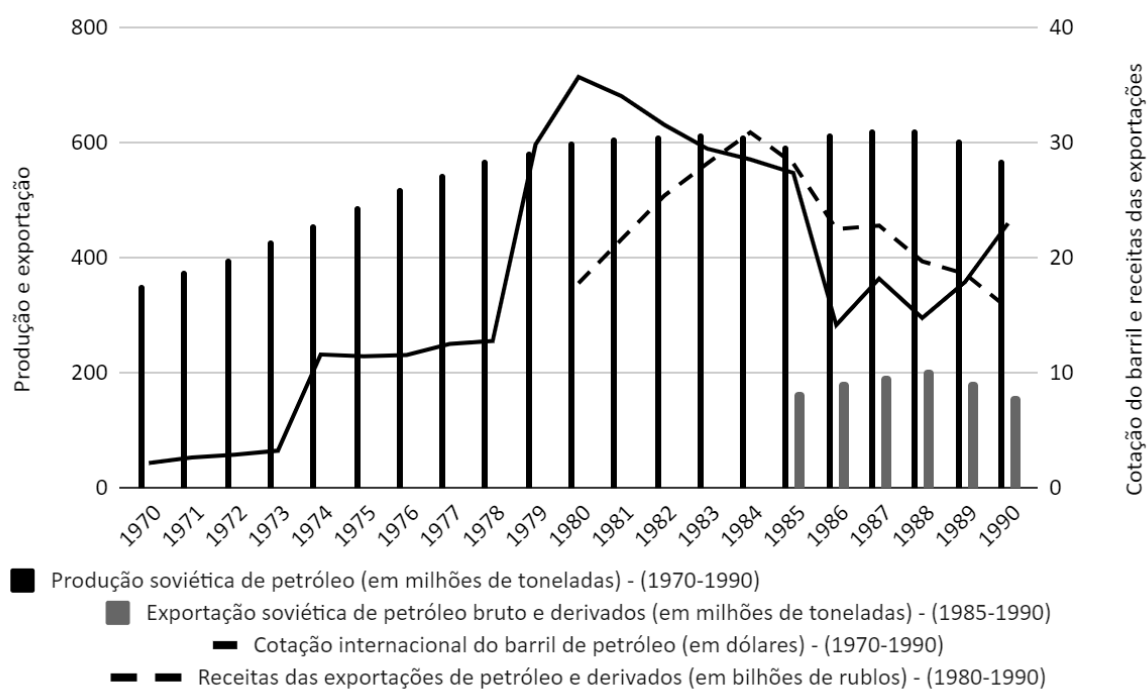
O preço internacional do petróleo cai vertiginosamente em 1986, acentuando ainda mais a escassez de divisas e prejudicando a importação de alimentos, bens-salário em geral e tecnologias avançadas, além do próprio financiamento das contas públicas. Mesmo com algum aumento no preço internacional após esta queda abrupta, a escassez de petróleo impediu qualquer possibilidade de ganhos de divisas por parte da União Soviética.

⁶ Dados relacionados estão presentes em Popov (2014, p. 76-78).

⁷ “Em 1960, suas grandes exportações eram maquinaria, equipamentos, meios de transporte e metais ou artigos de metal, mas em 1985 dependia basicamente para suas exportações (53%) de energia (isto é, petróleo e gás).” (HOBSBAWM, 1994, p. 456-457).

⁸ Sobre isso, em 1982, o presidente estadunidense à época, Ronald Reagan, assinava “[...] a diretiva de segurança nacional NSDD-66, que representava uma declaração de guerra econômica à URSS, acompanhada pelo embargo de equipamentos para a exploração de petróleo e gás, bem como pressão sobre os europeus para que também adotassem o embargo.” (VIZENTINI 2017, p. 115).

Gráfico 1 – Produção, exportação e cotação internacional do petróleo

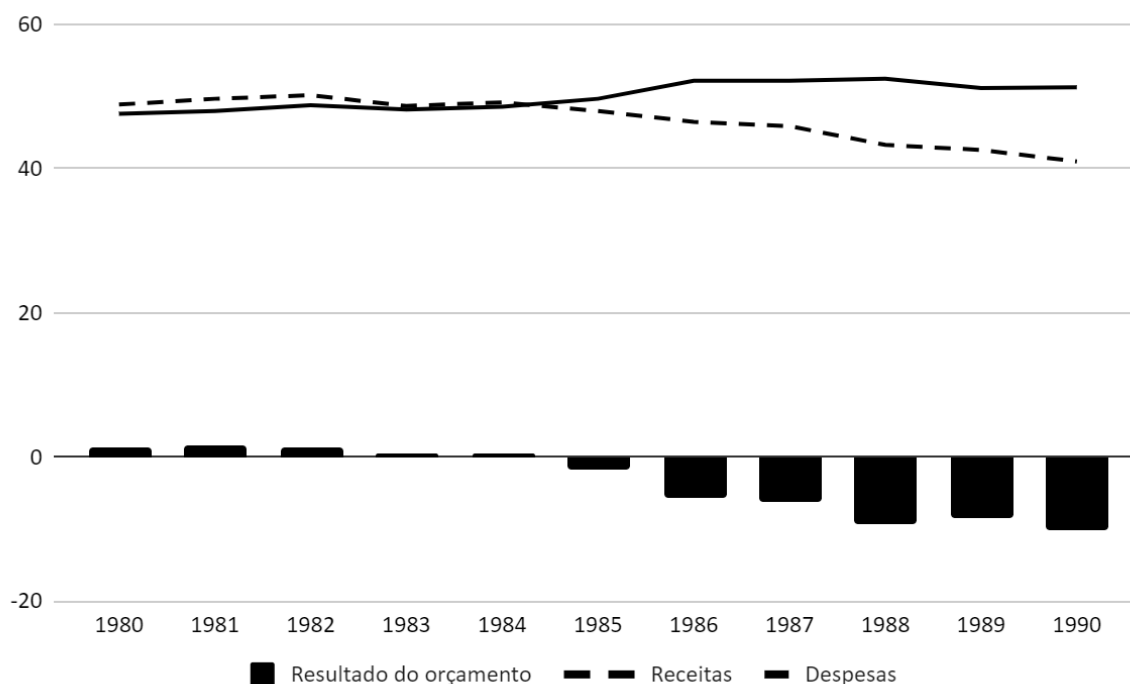


Fonte: Para os dados, de produção e exportação, utilizou-se Smith (1993, p. 141) e Krylov; Bokserman; Stavrovsky (1998, p. 78-79); para a série histórica do preço internacional do barril de petróleo, utilizou-se Ipeadata; para os dados de receitas das exportações de petróleo e derivados, consultou-se Sinelnikov (1995, p. 27).

As consequências da primeira fase da *perestroika* levaram, já em 1985, a um déficit orçamentário, atingindo 1987 a magnitude de 6,3% do PIB soviético (SINELNIKOV, 1995, p. 19). Ainda que a existência do déficit público não seja um problema em si mesmo – em um sentido inflacionário –, a grande problemática reside no fato de que deve haver uma capacidade de oferta compatível com esta nova demanda.

Ao longo dos anos, a União Soviética supria a deficiente oferta de alimentos e bens de consumo com as rendas do petróleo – isso gerou desincentivos, por parte das lideranças soviéticas, em tentar superar essa forte dependência. Mas, como visto, a queda das receitas provenientes dessas divisas engendrou um complexo problema na oferta de bens e serviços, inclusive dos mais essenciais, prejudicando a satisfação das necessidades humanas e aprofundando os processos de racionamento. Não obstante, o inevitável surgimento de uma pressão inflacionária, sob um contexto histórico de preços rígidos, elevou os gastos com diferenciais de preços, que já eram altos⁹ (IMF, 1991, p. 122).

⁹ Segundo Miller (2016, p. 66), “Food subsidies were by far the largest component of the Soviet welfare state, dwarfing spending on pensions or education [...]”.

Gráfico 2 – Evolução do orçamento do governo (1980-1987) em % do PIB

Fonte: Sinelnikov (1995, p. 19)

Julgando tais medidas econômicas como insuficientes no sentido de engendrar um novo surto de crescimento econômico, Gorbachev a partir de então tentou ser mais incisivo nas suas propostas. Tanto Segrillo (2012) quanto Albuquerque (2019) classificam o ano de 1988 como um ponto de virada da *perestroika* e, inevitavelmente, do próprio orçamento da União.

3. Segunda fase da *perestroika* (1988-1989): deterioração das contas públicas, disputas políticas e perda de controle sobre as políticas macroeconômicas

3.1. A Lei sobre a Empresa Estatal (LEE)

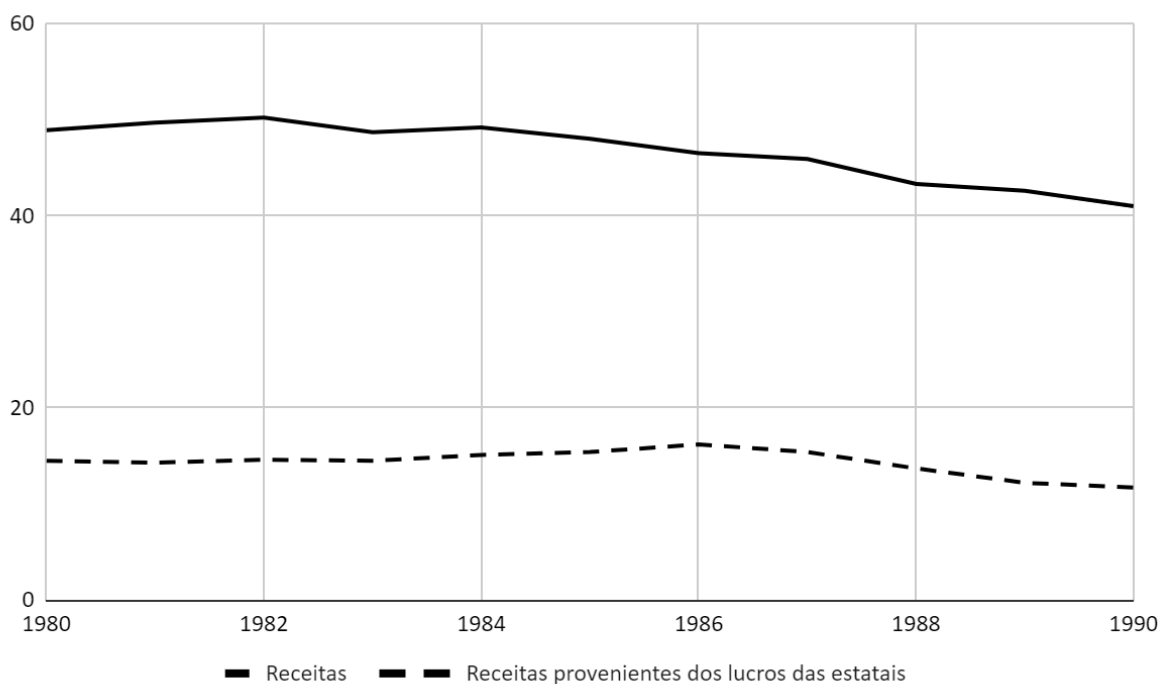
A Lei sobre a Empresa Estatal (LEE), aprovada em julho de 1987 para entrar em vigor no início do ano subsequente, permitiria uma maior margem de retenção de lucros pelas estatais, haja vista que esta legislação estava pautada pelo princípio do autofinanciamento e da autogestão¹⁰ (POMERANZ, 2018). O objetivo geral por trás desta medida era incentivar os trabalhadores a usarem o excedente econômico das unidades produtivas da maneira como quisessem – para o fundo de salários ou para investimentos, por exemplo –, flexibilizando e descentralizando a planificação econômica, além de criar mecanismos de mercado para auxiliar a alocação centralizada de recursos.

¹⁰ O antigo sistema tripartite (gerência compartilhada entre diretor da unidade produtiva, secretaria do PCUS e o líder de um sindicato local) seria substituído por eleições realizadas entre os próprios trabalhadores (ISLAM, 2011).

A LEE, cuja pretensão era elevar a autonomia das estatais, não delimitou claramente a institucionalização de um “mercado socialista”, restringindo essas empresas ao cumprimento das ordens da planificação: o mercado atacadista permaneceu predominantemente centralizado, tal como o estabelecimento de preços (ISLAM, 2011).

Apesar dessas limitações, as estatais puderam se apropriar de uma maior parcela do dos lucros, diminuindo a arrecadação da União de maneira relevante.

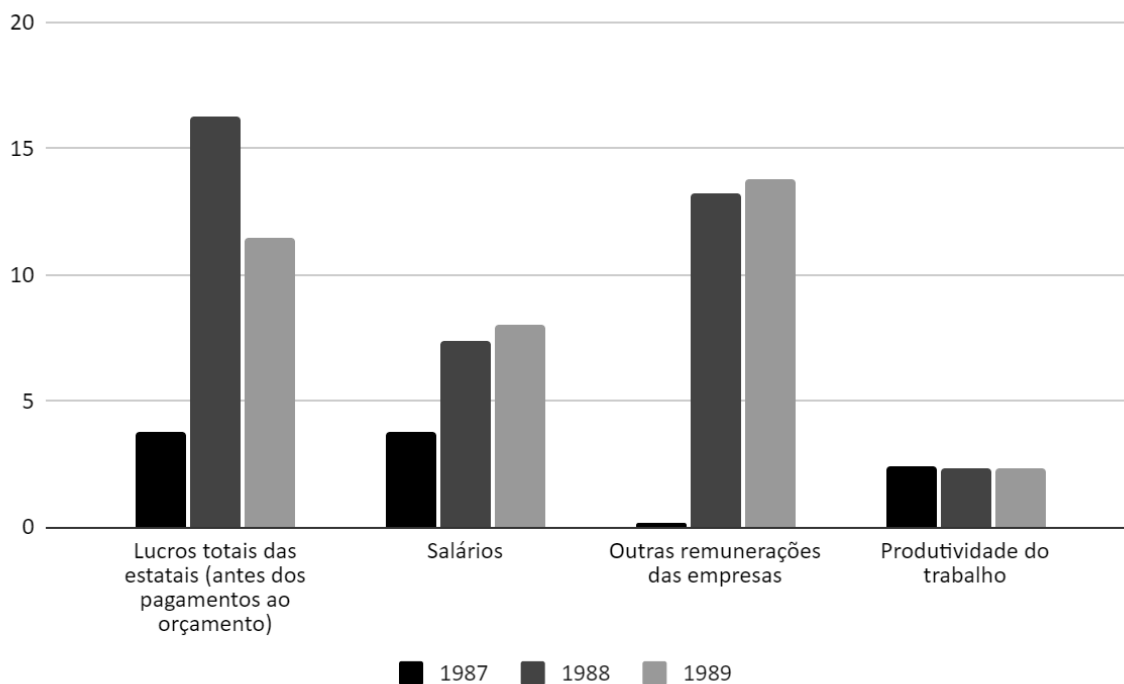
Gráfico 3 – Evolução das receitas orçamentárias totais e as provenientes dos lucros das estatais (em % do PIB)



Fonte: Sinelnikov (1995, p. 19)

Mesmo com uma maior retenção dos lucros, este mecanismo não significou um aumento substancial na oferta de bens e serviços, tampouco em acréscimos de produtividade. Pelo contrário, essa liquidez extra foi utilizada para elevar as remunerações dos trabalhadores e diretores das estatais. Inevitavelmente, pressões inflacionárias surgiram e o aprofundamento do racionamento generalizado foi posto em prática, devido à rigidez de preços – ou seja, o Estado soviético via-se forçado a gastar mais recursos em subsídios para cobrir diferenciais de preços.

Gráfico 4 – Taxa de crescimento anual dos lucros brutos totais, salários, outras remunerações e produtividade do trabalho



Fonte: IMF (1991, p. 53, 96 e 100).

Um ponto que merece destaque, ainda que de forma breve, é a questão da estrutura de oferta à época da *perestroika*. Buscou-se uma estratégia de reequipamento da indústria, cujo foco era a reconstrução de unidades produtivas em atividade¹¹. Ainda que isso fosse extremamente necessário, o problema residia na expansão da liquidez da população soviética como um todo e, conseqüentemente, a capacidade de oferta – por questões tecnológicas, físicas e de maturação dos investimentos – não conseguiu atender os novos acréscimos de demanda potencial, aguçando a problemática geral do excesso de liquidez.

3.2. A Lei sobre as Cooperativas (LSC)

Esta lei, que entrou em funcionamento no segundo semestre de 1988, tinha como um dos objetivos fundamentais a atuação de cooperativas em setores cuja estrutura de oferta era deficitária; dessa forma, a sua existência, historicamente agrária, pode se estender para as zonas urbanas. O mínimo estabelecido para designar uma propriedade como cooperativa era de três membros e estes poderiam contratar assalariados, terceirizar serviços, além de realizar emissão de ações e arrendamento de terras (POMERANZ, 2018).

¹¹ A participação de novas construções, em 1985, nos investimentos estatais em capital foi de 36,5%, enquanto a expansão de empreendimentos ativos situava-se em 23,6%. Já a reconstrução e reequipamento técnico de empreendimentos ativos tinha 38,7% de participação. Em 1989, esses dados foram de, respectivamente, 30,6%, 16,7% e 49,6% (IMF, 1991, p. 92).

Além de passarem a competir com as empresas estatais, as cooperativas, mediante a LSC, gozavam de uma maior autonomia, sobretudo na fixação de preços. Dessa forma, os salários dos cooperados era muito superior aos trabalhadores das estatais¹²; recorrentemente, tal como era realizado no mercado paralelo, “[...] cooperatives bought consumer goods from the State sector to sell them at higher prices.” (ROLAND, 1992, p. 206), fazendo com que as cooperativas fossem associadas ao crime organizado. Não menos relevante, poderiam realizar transações comerciais internacionais e reterem divisas, sem contar a permissão de formarem *joint ventures* (ISLAM, 2011).

O crescimento das cooperativas – que, segundo Pomeranz (2018), constituíram a gênese à introdução da propriedade privada na União Soviética –, foi explosivo:

Tabela 3 – Evolução das cooperativas e cooperados após a LSC

	1988	1º abril de 1989	Início de 1991
Cooperativas	19,5 mil	93,3 mil	260 mil
Cooperados	245,7 mil	1,9 milhão	6,2 milhões

Fonte: Lane (2002, p. 39)

Houve alguma resistência por parte dos diretores das estatais e ministérios relacionados por conta da discrepância nas margens de autonomia entre LEE e LSC, sendo alguns exemplos concretos encontrados em IMF (1991). De toda a maneira, é de suma relevância ressaltar que, à medida em que as contas da União tornavam-se crescentemente negativas, os cidadãos e, evidentemente, as empresas soviéticas em geral, acumulavam superávits em seus rendimentos. Sob outros termos, teve-se uma situação de superávit “privado” em razão do déficit público.

Em decorrência das medidas adotadas sobretudo durante a segunda fase da *perestroika*, a estrutura de planificação se enfraquecia enquanto a autonomia a nível microeconômico se consolidava. Porém, ao invés de se organizarem a fim de elevar a satisfação das necessidades dos soviéticos, isto é, criarem uma nova institucionalidade que englobasse as novas relações entre planificação e unidades produtivas mais autônomas, as empresas atuavam quase que exclusivamente de maneira especulativa, cimentando os pressupostos para a transição ao modo de produção capitalista e da própria destruição do planejamento econômico.

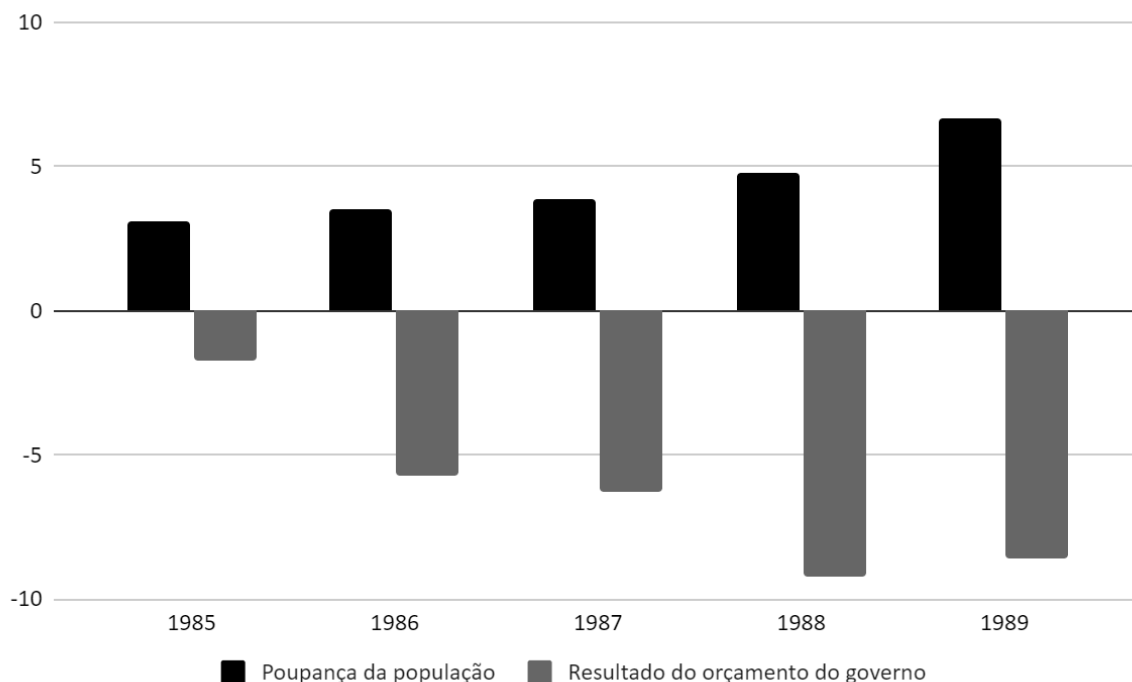
A esses novos agentes superavitários – cooperativas e demais empresas –, ao final de 1988, puderam funcionar como bancos comerciais, captando recursos das famílias e concedendo linhas

¹² Os salários dos cooperados cresceram 530% de 1988 a 1989, elevando a sua participação na renda nacional de 0,6% a 3,4% (IMF, 1991, p. 96-97).

gerais de crédito (IMF, 1991). E, como na segunda fase da *perestroika*, prezava-se pelo princípio do autofinanciamento, a quantidade de crédito estatal à economia se reduziu desde então e, dessa forma, podia-se recorrer a essas empresas para a captação de empréstimos.

Consequentemente, teve-se um crescimento expressivo do crédito na economia soviética, sendo a taxa média anual para o biênio 1988-1989 de 11,2%, em contraste à média de 8,7% a.a para o quinquênio 1981-1985 e aos 5,2% a.a para o biênio 1986-1987 (*ibidem*, p. 57).

Gráfico 5 – Evolução do orçamento do governo e da poupança da população (em % do PIB)



Fonte: IMF (1991, p. 97) e Sinelnikov (1995, p. 19).

Este novo cenário de “oposição” entre público e privado permitiu a elevação de crédito para o governo como forma de financiamento do crescente déficit orçamentário: a taxa anual média de crescimento para os biênios 1986-1987 e 1988-1989 foram, respectivamente, de 30,4% e 39,4%; a título de comparação, para o quinquênio 1981-1985, esta taxa foi de 8,6% (*ibidem*, p. 57). Por sua vez, o governo não foi eficiente em captar recursos mediante a emissão de títulos, tampouco em diversificar os ativos financeiros para reter o excesso de liquidez: “The Kremlin also had a domestic bond market, but Soviet citizens were unwilling to increase their bond holdings given the monetary malaise. By mid-1990, the domestic bond market made up only 2.5 percent of total domestic credit.” (MILLER, 2016, p. 151). Assim sendo, as famílias aplicavam involuntariamente este “excesso monetário” nas poupanças que, grosso modo, possuíam rendimentos reais negativos.

Como o governo soviético, nesta situação, poderia realizar o financiamento do crescente déficit público, ou pelo menos diminuí-lo? A curto prazo, descartava-se a elevação na oferta de

bens e serviços – como visto, devido à estratégia perseguida por Gorbachev de reequipamento ao invés de novas construções – e as inovações financeiras – para adaptar o socialismo soviético aos novos tempos, atreladas à redução da liquidez internacional¹³ – não foram canais suficientemente satisfatórios para a realização desta tarefa.

O corte de subsídios de preços, deixando-os flutuar via mecanismos de mercado, seria uma medida extremamente impopular e conflitória com as questões acerca das relações entre a planificação econômica e a institucionalização de um “mercado socialista”; inclusive, o próprio Gorbachev sabia dos riscos dessa medida (MILLER, 2016). Da mesma forma, a elevação de impostos¹⁴, uma venda maciça da propriedade estatal dos meios de produção e os cortes de gastos militares – grupos políticos mais relevantes do governo soviético que, apesar da política externa de paz engendrada por Gorbachev e da consolidação da LSC, permaneciam fortes – sofreriam resistências políticas não triviais, podendo agravar a situação socioeconômica da União Soviética.

A solução com menos consequências políticas graves – dada todas essas particularidades – foi a emissão monetária¹⁵, apesar dos graves riscos desta específica medida, ainda mais pelo fato de que, com o surgimento dos bancos comerciais, o governo soviético perdia gradualmente o controle da política monetária.

4. *Glasnost*: o fim do monopólio do Partido Comunista, ascensão dos movimentos separatistas e perda de controle das políticas macroeconômicas

Na transição entre a primeira e a segunda fase da *perestroika*, Gorbachev se esforçou por um maior protagonismo da *glasnost* – abertura – a fim de avançar com suas políticas econômicas e edificar um novo modelo socioeconômico de desenvolvimento, já que pensava na indissociabilidade de transformações econômicas e políticas. Um dos primeiros esforços nesse sentido foi a exposição do acidente nuclear em Chernobyl – abril de 1986 –, cujo objetivo-chave era buscar apoio local e internacional.

Com o pretexto de atacar a burocracia soviética que, para Gorbachev, era a maior responsável pela lentidão das reformas econômicas, o secretário-geral à época avançou para além do fomento ao debate¹⁶ e à abertura para a mídia ocidental (VIZENTINI, 2017), realizando

¹³ Ao final da década de 1980, a dívida de curto prazo soviética em moedas conversíveis mais do que dobrou entre 1987 e 1989: houve um crescimento de 8,6 bilhões de dólares para 17,7 bilhões (IMF, 1991, p. 59).

¹⁴ Uma reversão nas políticas de retenção dos lucros poderia minar a credibilidade das políticas econômicas e, inevitavelmente, do próprio governo soviético.

¹⁵ Todo gasto governamental pressupõe certa emissão monetária. Neste caso, porém, a expressão foi atribuída no sentido de que os gastos não teriam uma contrapartida na forma de impostos ou de empréstimos, por exemplo.

¹⁶ Uma espécie de “revisonismo” foi posta em prática para debater acerca do passado soviético, sobretudo o período stalinista.

transformações nas estruturas político-eleitorais – conceitos como “pluralismo socialista” e “Estado de direito socialista” ganharam notoriedade¹⁷.

À medida em que as reformas econômicas formavam uma teia de contradições entre si e um novo surto de crescimento econômico não emergia, o PCUS dividiu-se em duas frações: conservadores – formados pela burocracia soviética, que eram ou relutantes à rápida implementação das políticas gorbachevianas ou até mesmo contrários à *perestroika* – e os liberais – em um primeiro momento, almejavam mais rapidez na consolidação dessas políticas e que, como se verá a seguir, passaram a se tornar, em sua maioria, forças políticas declaradamente antissocialistas.

Em um primeiro momento, propôs-se a realização de eleições para o Congresso dos Deputados do Povo (CDP) em 1989, a nível da União, para substituir o antigo Soviet Supremo. A grande diferença do CDP consistia na maior competitividade entre os participantes e na possibilidade de inscrições de candidaturas independentes do PCUS – ainda que se mantivesse, até então, o monopólio partidário da União Soviética. Nesta eleição, 88% dos deputados eram do PCUS; todavia, formou-se um grupo claramente oposicionista – inclusive membros do Partido Comunista –, liderados por Bóris Yéltsin (SEGRILLO, 2012). Muitos desses membros representavam as Frentes Populares – movimentos que buscavam a soberania ou até mesmo a independência das repúblicas soviéticas frente à União (ARBEX JÚNIOR, 1993).

Ainda que possa parecer irrelevante, neste momento abriu-se espaços para o confronto direto contra o Partido Comunista. Podendo a União Soviética ser caracterizada como uma “economia de comando”, os confrontos políticos entre partidários e oposicionistas tiveram reflexos complexos e relevantes na economia soviética: os últimos aproveitaram as reivindicações das repúblicas por maiores margens de autonomia – *a posteriori*, claramente separatistas – e conseguiram canalizar apoios desses movimentos para pressionar Gorbachev na radicalização das políticas econômicas que, rapidamente, tornaram-se antissocialistas.

Todavia, os momentos-chave para compreender a dissolução da União Soviética centra-se no início de 1990: o fim do monopólio partidário do PCUS, a criação do cargo supranacional de presidente da União Soviética e as eleições, a nível das repúblicas, para o Congresso dos Deputados do Povo, foram fundamentais para o fim do socialismo soviético.

O PCUS que, historicamente, funcionava como a força motriz da sociedade soviética – devido à estrutura de comando pautada no Estado-partido –, era também o grande aglutinador das nacionalidades (MILLER, 2016). Intuitivamente, a partir do momento em que houve a abolição do

¹⁷ O “pluralismo socialista” referia-se, principalmente, à diversidade de opiniões, ao debate e aos distintos caminhos a serem trilhados dentro de um contexto de transição socialista. Por sua vez, o “Estado de direito socialista” consistia na criação de instituições independentes do PCUS (BROWN, 2007).

artigo 6º da Constituição da URSS¹⁸, estimulou-se fortemente o avanço dos movimentos separatistas.

A criação de um cargo supranacional para Presidente da URSS que, em um primeiro momento, seria eleito indiretamente pelo CPD a nível da União, também representaria o esfacelamento da estrutura de comando e da própria aglutinação das repúblicas soviéticas. Afinal de contas, se o PCUS era o órgão unificador das nacionalidades e o cargo executivo foi criado à parte do partido, logo abriu-se maiores espaços para a desintegração da URSS, haja vista que não mais viam em Gorbachev o seu legítimo representante.

Contudo, as eleições do CPD em 1990 consistiram no fator decisivo para a desintegração do bloco soviético. Os opositoristas venceram nas principais cidades da União Soviética. Assim sendo, com a presidência do CPD da República Russa, a principal da URSS, “[n]ow in possession of an institutional framework, an embryonic state, and utilising nationalist rhetoric to unify different groups, Yeltsin forged ahead towards the establishment of Russian sovereignty” (SIMON, 2010, p. 442). Todo esse ganho de autonomia político-econômica, evidentemente, não foi exclusivo à Rússia:

Spread over a period, each republican CPD declared its republic’s sovereignty and proceeded to pass legislation at odds with that emanating from the Kremlin (the so-called ‘war of laws’). The primary goal was to transfer economic resources and decision-making capacity from central to republican jurisdiction. (*ibidem*, p. 442).

A apropriação do patrimônio da URSS pelas repúblicas diminuiu substancialmente o repasse de recursos para o financiamento do orçamento da União, acentuando as pressões inflacionárias que, ainda sob um contexto de preços rígidos¹⁹, aguçou o racionamento e a escassez de bens e serviços variados. As repúblicas, agora dotadas de autonomia para realizar gastos e emitir crédito, arrasavam com a ideia de uma área monetária comum – baseada no rublo. Ademais, possuíam estímulos a terem orçamentos deficitários, haja vista os riscos de drenagem de recursos daquelas que fossem “fiscalmente responsáveis”. (HANSON, 2014). A União, agora sem o controle das políticas macroeconômicas – fiscal e monetária –, encontrava-se em uma situação de impotência à realização de quaisquer tipos de medidas, sobretudo as estruturais.

¹⁸ The leading and guiding force of the Soviet society and the nucleus of its political system, of all state organisations and public organisations, is the Communist Party of the Soviet Union. The CPSU exists for the people and serves the people.

The Communist Party, armed with Marxism-Leninism, determines the general perspectives of the development of society and the course of the home and foreign policy of the USSR, directs the great constructive work of the Soviet people, and imparts a planned, systematic and theoretically substantiated character to their struggle for the victory of communism. All party organisations shall function within the framework of the Constitution of the USSR. Presente em <<http://www.departments.bucknell.edu/russian/const/1977toc.html>>.

¹⁹ Para um índice de preços (de varejo) igual a 100 para o ano de 1970, tem-se: 1985 = 105; 1986 = 102; 1987 = 101; 1988 = 101; 1989 = 102; 1990 = 105 (SINELNIKOV, 1995, p. 19).

Pela primeira vez, desde 1946, a União Soviética apresentou um crescimento negativo (-4%) de seu produto material líquido²⁰ (SEGRILLO, 2012, p. 208) e apresentou déficit governamental de 10,3% do PIB (SINELNIKOV 1995, p. 19).

5. A Reforma Pavlov, o Tratado da União, o fracassado “golpe” de agosto e a dissolução da União Soviética

Em uma tentativa desesperada de manutenção do poder e da legitimidade enquanto presidente da União Soviética, além do controle das políticas macroeconômicas, Gorbachev nomeia Valentin Pavlov, integrante da ala conservadora do PCUS, para ser primeiro-ministro em 14 de janeiro de 1991. Dias antes de assumir este posto, quando estava no cargo de Ministro das Finanças, Pavlov afirmou que não haveria reforma monetária – os soviéticos, provavelmente, estavam temendo medidas extremamente restritivas, como um confisco, devido à alta liquidez daquele momento.

Todavia, no dia 22 de janeiro de 1991, Gorbachev assinou um decreto que retirava de circulação todas as notas monetárias de 50 e 100 rublos, em circulação desde 1961; dessa forma, os soviéticos teriam apenas três dias para trocá-las por notas menores²¹ e poderiam sacar, mensalmente, uma quantia máxima de 500 rublos – congelando o excedente (CARDANI, 1991; PROMOUVELKA, 2020). Neste primeiro momento, os preços de atacado poderiam crescer (CARDANI, 1991)

Segundo o governo, rublos falsos estavam sendo produzidos em território soviético por agentes estrangeiros, responsabilizando-os pelo excesso de liquidez existente. Não menos relevante, pretendia-se combater as atividades ilegais e o mercado paralelo (CARDANI, 1991). Porém, como visto, o conjunto de medidas adotadas ao longo da *perestroika*, sobretudo em sua segunda fase, elevaram as pressões inflacionárias via correlação de forças entre liquidez exacerbada e insuficiente oferta de bens e serviços. Nos dois primeiros meses da Reforma Pavlov, estima-se que 14 bilhões de rublos saíram de circulação²² (SPUTNIK, 2011).

Em abril de 1991, liberou-se a flutuação dos preços de varejo para conter de vez os efeitos perversos do excesso de liquidez – em janeiro, 40% dos preços de atacado foram liberados do controle governamental, além da instauração de um imposto sobre vendas de 5% (HANSON, 2014, p. 232). Todavia, essa medida selou o fim da confiança dos soviéticos sobre o governo: como discutido, a flexibilidade de preços consistia em um elemento extremamente impopular, apesar de

²⁰ O cálculo do produto material líquido (PML) exclui os serviços que não estão vinculados à produção de mercadorias.

²¹ 1000 rublos, no máximo, poderiam ser trocados por trabalhadores e 200 para pensionistas (CARDANI, 1991; PROMOUVELKA, 2020)

²² Aproximadamente a 10,5% da oferta monetária total e a 17,1% do planejado para retirada de circulação (*ibidem*, 2011).

todas as implicações macroeconômicas que justificariam a elevação de preços; e, dado o lapso de três meses entre as alterações dos preços de atacado e varejo, o governo foi pressionado a continuar gastando com subsídios, pressionando ainda mais o déficit orçamentário.

Enquanto “[...] food, transport and utilities prices rose by 100-300%.” (SPUTNIK, 2011), os salários cresceram entre 20 e 30% (GEOHISTORY, 2014), corroendo o poder de compra dos cidadãos e prejudicando a satisfação das necessidades mais básicas. Como resultado, teve-se para o ano de 1991 uma taxa de inflação mensal de 50% e o déficit governamental situou-se entre 20 e 30% do PIB soviético (CARDANI, 1991; SPUTNIK, 2011; MILLER, 2016).

Dentro deste contexto histórico de rupturas institucionais e de caos econômico, Gorbachev propôs uma nova relação entre as repúblicas e a União, como forma de recuperar parte da legitimidade e do poder. Em linhas gerais, o Tratado da União garantiria um maior grau de autonomia às repúblicas, concedendo a elas parte do controle acionário do patrimônio econômico da União – dependeria, proporcionalmente, da população de cada república soviética²³.

O Tratado da União foi para plebiscito em março de 1991, mesmo com o boicote de seis repúblicas²⁴. O “sim” venceu com um pouco mais de 76% (POMERANZ, 2018; p. 149). Após algumas mudanças realizadas até julho do mesmo ano, o Tratado seria assinado pelas repúblicas participantes no dia 20 de agosto de 1991. Todavia, um dia antes, elementos da burocracia soviética criaram um Comitê Estatal para o Estado de Emergência (CEEE)²⁵ para evitar o colapso da União Soviética.

Com apoio do presidente estadunidense, à época, George Bush, Bóris Yéltsin conseguiu desarticular as movimentações dos membros do CEEE, derrotando-os. Dessa forma, além de ignorar o plebiscito realizado meses antes, o então presidente da República Russa colocou um ponto final na União Soviética, formalmente dissolvida em 25 de dezembro de 1991 – já que o comando, há algum tempo, havia se perdido – após a renúncia de Mikhail Gorbachev ao cargo de presidente.

6. Considerações finais

Para compreender a dissolução da União Soviética, evidentemente deve-se analisar minuciosamente os acontecimentos político-econômicos da era Gorbachev, tal como os seus desdobramentos. Neste artigo, pretendeu-se especificamente tratar da questão do déficit público e todas as suas implicações para o fim do bloco soviético em 1991.

²³ Em abril de 1991, criou-se o cargo de Presidente da Rússia, para que Gorbachev conseguisse apoio necessário para levar adiante o Tratado. Yéltsin venceu com 57% dos votos (GORENDER, 1992; HOBSBAWM, 1994; POMERANZ, 2018).

²⁴ Estônia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Armênia e Geórgia. Assim mesmo, as demais representavam cerca de 93% da população soviética.

²⁵ Baseado em um dispositivo legal do próprio governo soviético (VIZENTINI, 2017, p. 128).

As medidas adotadas já na primeira fase da *perestroika* demonstraram alguns problemas no que tange à questão do déficit público. Em primeiro lugar, ainda que a modernização da capacidade produtiva soviética fosse fundamental, causaria duas dificuldades relevantes: a não-expansão na oferta de bens e serviços de acordo com os acréscimos de liquidez posteriores e novos gastos com investimentos. Ademais, a campanha antiálcool, em conjunto com a queda das receitas provenientes das exportações de petróleo, prejudicaram a arrecadação aos cofres públicos da URSS. A formação do déficit público sem uma capacidade produtiva compatível com o novo acréscimo de liquidez tornou-se, desde então, um dos grandes problemas econômicos a serem enfrentados.

Pautado pelo discurso da promoção da autogestão das unidades produtivas, o governo Gorbachev lançou a Lei sobre a Empresa Estatal (LEE) e a Lei sobre as Cooperativas (LSC). Ainda que, em conjunto, houvesse contradições na delimitação para atuar em direção à planificação e ao mercado, elas elevaram exponencialmente a liquidez da economia soviética sem que isso se traduzisse em acréscimos de produtividade e, portanto, no nível de oferta de bens e serviços. A diminuição dos repasses ao orçamento se traduziu em mais um pilar de pressão sobre as contas públicas soviéticas.

Sobretudo a LSC, cujas margens de liberdade foram mais elevadas e ajudou a criar os pressupostos à transição ao capitalismo, foi uma das grandes responsáveis pelo definhamento da planificação econômica e, conseqüentemente, da própria construção do socialismo na URSS. Nessa direção, a criação de bancos comerciais como consequência da alta liquidez proveniente da lei não foi suficiente para financiar o déficit público e, não obstante, enfraqueceu o controle da política monetária pela União.

As medidas econômicas mais incisivas durante a segunda fase da *perestroika* foram acompanhadas por transformações políticas (*glasnost*), cujas conseqüências foram cruciais para a dissolução da União Soviética. Sob o pretexto de que as transformações econômicas seriam indissociáveis das políticas, Gorbachev gradativamente tentou transferir a legitimidade do poder do Partido Comunista (PCUS) para o Estado supranacional. Ao dismantelar a estrutura pautada no Estado-partido mediante confrontos com a burocracia soviética, o ex-secretário-geral cimentou espaços à deslegitimação do PCUS – aglutinador das nacionalidades –, acentuando os movimentos nacionalistas que, com o tempo, tornaram-se anticomunistas. Conseqüentemente, houve a perda de controle sobre a política fiscal por parte da União e a “economia de comando” foi destruída sem que outra a substituísse.

7. Referências bibliográficas

- AGANBEGUIAN, A. G. (1987). **A revolução na economia soviética: a Perestroika**. 2. ed. Lisboa: Europa-América.
- ALBUQUERQUE, C. (2019). Gorbachev as a Thinker: The Evolution of Gorbachev's Ideas in Soviet and Post-Soviet Times. In: SEGRILLO, A. et al. **Karl Marx and Russia: pre-socialist, socialist and post- socialist experiences and visions**. São Paulo: USP, pp. 75-102.
- ALLEN, R. C. (2001). The Rise and Decline of the Soviet Economy. **The Canadian Journal of Economics / Revue Canadienne d'Economique**, vol. 34, no. 4, [Wiley, Canadian Economics Association], pp. 859–81.
- ANDERSON, P. (2018). **Duas revoluções: Rússia e China**. São Paulo: Boitempo.
- ARBEX JÚNIOR, J. (1993). **Revolução em 3 tempos**. São Paulo: Moderna.
- BETTELHEIM, C. (1976). **Planificação e crescimento acelerado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BIRMAN, I. (1980). The Financial Crisis in the USSR. **Soviet Studies**, vol. 32, no. 1, [Taylor & Francis, Ltd., University of Glasgow], pp. 84–105.
- BOETTKE, P. J. (2001) **Calculation and coordination: essays on socialism and transitional political economy**. Londres: Routledge.
- BROWN, A. (1997). **The Gorbachev Factor**. Nova Iorque: Oxford University Press.
- BROWN, A. (2007). **Seven years that changed the world: perestroika in perspective**. Nova Iorque: Oxford University Press.
- CANO, W. (2000). Notas sobre a crise da URSS. **Economia E Sociedade**, v. 9, n. 1, pp. 203-210.
- CARDANI, A. M. (1991). Recent developments of the economic reform in the USSR. **Il Politico**, vol. 56, no. 3 (159), Rubbettino Editore, pp. 443–71.
- DUARTE, P. H. E.; MARTINS, F. M. S. (2019) . De Lênin a Stálin: a consolidação do planejamento econômico na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. In: **XXIV Encontro Nacional de Economia Política**. Vitória, SEP. Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia Política.
- FRANCISCON, M. W. (2013). **Mercado e iniciativa privada na União Soviética**. Analecta (UNICENTRO), Guarapuava, v. 14, n. 1.
- FREEMAN, C. (1995). “**The National System of Innovation in historical perspective**”. Inglaterra: Cambridge Journal of Economics, Cambridge: Academic Press Limited, n.19, pp. 5-24.
- GOKHBERG, L. (1999). **R&D statistics in Russia: changes and challenges**. Rússia: Centre for Science, Research and Statistics.
- GORENDER, J. (1992). **O fim da URSS: Origens e fracasso da perestroika**. São Paulo: Atual.
- HANSON, P. (2014). **The rise and fall of the Soviet economy: an economic history of the USSR from 1945**. Nova Iorque: Routledge.

- HARRISON, M. (1993). **Soviet Economic Growth Since 1928: the Alternative Statistics of G.I. Khanin**. Europe-Asia Studies, v. 45, n. 1, pp. 141-67
- HOBSBAWN, E. (1994). **A era dos extremos – O breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras.
- HUA, S. (2006) The Deng Reforms (1978 1992) and the Gorbachev Reforms (1985 1991) Revisited: A Political Discourse. **Problems of Post-Communism**, 53:3, pp. 3-16
- IMF (1991). **A Study of the Soviet Economy. 3-volume set**. USA: International Monetary Fund.
- ISLAM, N. (2011). Was the Gradual Approach Not Possible in the USSR? A Critique of the Sachs-Woo ‘Impossibility Hypothesis’. **Comparative Economic Studies**. Palgrave Macmillan, vol. 53(1), pp. 83-147.
- KIM, B.-Y. (1980). Causes of Repressed Inflation in the Soviet Consumer Market, 1965-1989: Retail Price Subsidies, the Siphoning Effect, and the Budget Deficit. **The Economic History Review**, vol. 55, no. 1, [Economic History Society, Wiley], pp. 105–27
- LANE, D. (2002). **Soviet society under Perestroika**. Londres: Taylor & Francis e-Library.
- MANDEL, E. (1991). **Socialismo x Mercado**. São Paulo: Ensaio. Tradução de José Almeida de Souza Júnior.
- MARTENS, L. (2018 [1991]). **A URSS e a Contrarrevolução de Veludo**. 2ª Edição. Disponível em: <<https://www.novacultura.info/urss-contrarrevolucao-de-veludo>>.
- MARTINS, F. M. S. (2019). **De Lênin a Gorbachev: o planejamento econômico na União Soviética**. 81 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Uberlândia.
- _____ (2020) . Planejamento econômico na Guerra Fria: a economia soviética no período 1953-1989. In: **XXV Encontro Nacional de Economia Política**. Goiás, SEP. Anais do XXV Encontro Nacional de Economia Política.
- MARX, K.; ENGELS, F. (2012 [1848]). **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2º edição.
- _____ (2013). **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo
- MARX, K. (1996). **O Capital – crítica da economia política**. Volumes I e II. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Economistas.
- _____ (2012 [1875]). **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo. Coleção Marx-Engels. E-book Kindle.
- MEDEIROS, C. A. (2011). A Economia Política da Transição na Rússia. In: André de Gustavo Miranda de Pineli Alves. (Org.). **Uma Longa Transição Vinte Anos de Transformações na Rússia**. v. 1, pp. 13-39.
- MILLER, C. (2016). **The struggle to save the soviet economy: Mikhail Gorbachev and the collapse of the USSR**. Carolina do Norte: The University Of North Carolina Press.

MOREIRA, R. (2017). **A rodada socialista: a experiência de sociedade e transição socialista na URSS, China e Cuba**. Rio de Janeiro: Consequência.

_____. (1990). **Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política**. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

_____. (1995). **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. S. Paulo: Cortez.

POMERANZ, L. (1989). O investimento estrangeiro na URSS. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 29, n. 3, pp. 67-71.

_____. (1990). **Perestroika: Desafios da Transformação Social na URSS**. São Paulo: EDUSP.

_____. (2018). **Do socialismo soviético ao capitalismo russo**. Cotia: Ateliê Editoria.

POPOV, V. (2014) **Mixed fortunes: an economic history of China, Russia, and the West**. Nova Iorque: Oxford University Press.

PROMOUVELKA (2020). **Pavlov exchange money. Reform of empty pockets. Cash reforms in the USSR**. Disponível em: <<https://promouvelka.ru/en/pavlov-obmen-deneg-reforma-pustyh-karmanov-denezhnye-reformy-v-sssr/>>. Acesso em 25 de novembro de 2021.

RANGEL, I. M. (1990). O Quatro Ciclo de Kondratiev. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 10, n. 4, pp. 30-43.

REIS FILHO, D. A. (2003). **As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético**. São Paulo: Editoria Unesp.

RODRIGUES, R. P. (2006). **O colapso da URSS: um estudo das causas**. Tese (Doutorado) – História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo

SEGRILLO, A. (2012). **Os Russos**. São Paulo: Editora Contexto.

SIMON, R. (2010). Passive revolution, perestroika, and the emergence of the new Russia. **Capital & Class**. Reino Unido, pp. 429-448.

SPUTNIK (2011). **The 1991 Monetary Reform in the Soviet Union**. Disponível em: <<https://sputniknews.com/20110202/162419049.html>>. Acesso em 25 de novembro de 2021.

UNIVERSITY, B. (1996). **Constituição Soviética de 1977**. Disponível em: <<http://www.departments.bucknell.edu/russian/const/1977toc.html>>. Acesso em 22 de setembro de 2021.

VIZENTINI, P. (org.) (1989). **A Revolução Soviética: O Socialismo num só país**. São Paulo: Mercado Aberto.

_____. (2017). **Os Paradoxos da Revolução Russa: ascensão e queda do socialismo soviético (1917-1991)**. Rio de Janeiro: Alta Books.